

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

George Gianni/Agência Brasília



Recados da posse de Celina

Toda cerimônia de posse de um governador ou governadora apresenta simbolismos. A solenidade na Câmara Legislativa que tornou Celina Leão (PP) chefe do Poder Executivo certamente passou mensagens. A mesa, integrada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pela deputada Bia Kicis (PL-DF), com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) na primeira fila, mostra que Celina governará e fará campanha à reeleição identificada com o bolsonarismo. O discurso

lido pelo desembargador Angelo Passarelli, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), é uma demonstração da boa relação de Celina com o Poder Judiciário local, reforçado ainda mais pela parceria com o ex-chefe da Casa Civil Gustavo Rocha, também citado como um aliado da Justiça. Os elogios de Ibaneis Rocha (MDB) indicam um caminho eleitoral unido. Mas Celina deixou claro: "inicia agora um novo governo". Será uma continuidade. Mas agora ela é a 01.

Senado encerra Março Mulheres com filme Eunice — A primeira senadora

Para fechar a programação do Março Mulheres do Senado, será lançado o filme *Eunice — A primeira senadora*, por meio de realidade virtual, hoje, no Salão Nobre, às 9h30. O Senado resgata o pioneirismo feminino com o filme imersivo em realidade virtual sobre Eunice Michiles, mulher que rompeu as barreiras do Parlamento brasileiro e foi a primeira senadora do país, entre 1979 e 1987. A produção transporta os espectadores para o centro do poder, revelando os bastidores de parte da trajetória de Eunice em apenas 13 minutos de apresentação, exibida em tecnologia imersiva em 360 graus. *Eunice — A primeira senadora* é a terceira produção do projeto Visita 360 e integrará a Visita Guiada ao Congresso Nacional. A produção tem direção de Felipe Gontijo e é uma novidade também em termos de tecnologia do segmento, no Parlamento brasileiro.

Agência Senado



Divulgação



Minervino Júnior/CB/D.A Press



Prêmio Engenho Mulher será em maio

Premiação instituída para valorizar, dar voz e espaço de visibilidade para lideranças femininas que transformam o mundo à sua volta, o 4º Prêmio Engenho Mulher, coordenado pela jornalista Katia Cubel (E), será realizado em 25 de maio. Na seleção, um júri formado por sete mulheres jornalistas indica e escolhe três lideranças femininas do Distrito Federal cujo trabalho causa impacto social e deixa um legado de cidadania. Neste ano, a jornalista Sibelle Negromonte (D) representará o *Correio Braziliense* na comissão julgadora. A cerimônia de premiação será no Museu de Arte de Brasília.

"Projeto de divisão e ódio entre homens e mulheres acelerado com sucesso. E a direita cai na armadilha da esquerda. Primeira pergunta a ser respondida pela esquerda: mas afinal, o que é uma mulher? Nem isso vocês sabem dizer. Na Câmara trabalharemos para derrotar esse projeto"

Deputada federal Bia Kicis (PL-DF), sobre o projeto, aprovado no Senado, que equipara misoginia ao crime de racismo

"Bia Kicis chamou de 'divisão e ódio' um projeto que pune violência contra mulheres. O projeto divide, sim: entre quem combate o ódio contra mulheres e quem passa pano para ele. Cada um revela o lado em que escolheu ficar"

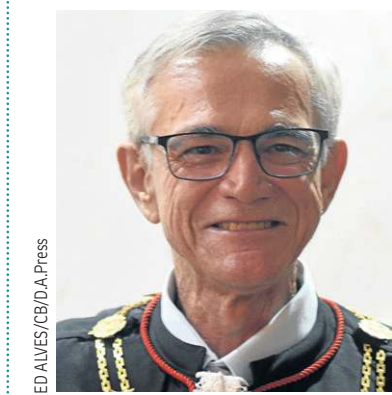
Deputada federal Erika Kokay* (PT-DF)



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bruno Spada/Câmara



Próximo presidente do TRE-DF

Presente na solenidade de posse de Celina representando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o desembargador Angelo Passarelli será o próximo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF). Ele foi eleito para o próximo biênio e é certo que, ao tomar posse em 22 de abril, será escolhido para o comando da Corte e vai liderar a fiscalização das eleições deste ano. Atualmente, Passarelli é o segundo vice-presidente do TJDFT.

De licença médica

O presidente do TJDFT, Waldir Leônico, de licença médica, não deve retornar ao cargo. O magistrado — que assumiu em 22 de abril de 2024 — se recupera de uma cirurgia e precisa ficar 60 dias em convalescença. Até 22 de abril, quando o desembargador Jair Soares assumir a presidência, o TJDFT será conduzido pelo primeiro vice-presidente, desembargador Roberval Belinati.



@filmyfb

Elogios do presidente do TJDFT

Mesmo em recuperação da cirurgia, o presidente do TJDFT, Waldir Leônico, fez questão de enviar um pronunciamento com palavras de admiração, respeito e amizade. De longe, o magistrado fez o discurso contundente: "Vossa Excelência é referência para todos nós. Estaremos ao seu lado sempre. O DF não poderia estar melhor representado". Waldir Leônico se referiu a Celina como "uma mulher cristã, forte, verdadeira leoa, não só leão, sensível, extremamente humana, honesta e equilibrada".

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | THIAGO MANZONI (PL) | DEPUTADO DISTRITAL

"GDF deve explicações à população"

Presidente da CCJ da Câmara Legislativa disse que presidente do BRB e secretário de Economia serão ouvidos sobre a situação do banco

» ARTUR MALDANER*

Após votar contra o Projeto de Lei nº 2.175/2026, conhecido como PL de socorro ao Banco de Brasília (BRB), o deputado distrital Thiago Manzoni (PL) confirmou a participação do presidente do BRB, Nelson de Souza; do secretário de Economia, Daniel Izaías de Carvalho;

e do presidente da Terracap, Izídio Santos Junior, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa (CLDF). No CB.Poder — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* — de ontem, Manzoni afirmou às jornalistas Samantha Sallum e Mila Ferreira que é preciso dar explicações à população do Distrito Federal, e não apenas aos parlamentares.

O senhor deixou a base do governo no contexto da crise que envolve o BRB e o Banco Master. Como o senhor se coloca nesse momento?

O projeto enviado à Câmara Legislativa em relação ao BRB foi tratado como se fosse uma proposta para salvar o banco, mas salvar de quem? Hoje, a Câmara Legislativa e a população do Distrito Federal não têm dados sobre a real situação do BRB. É preciso questionar quanto o banco deve, de fato, e qual é o tamanho do buraco em que ele foi afundado, quanto valem os imóveis oferecidos em garantia que podem ser alienados, ou seja, vendidos diretamente, e que tipo de aporte o Distrito Federal fará no BRB de maneira direta, já que

o projeto autoriza aportes que vão além dos imóveis oferecidos. Diante de tudo isso e do rombo causado no BRB, eu não poderia votar a favor desse projeto. Ao apresentar o parecer da CCJ quanto à admissibilidade, apontei inconstitucionalidades, inclusive, vinculadas à Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas meu parecer foi vencido, o projeto foi admitido e depois aprovado.

Se a solução que o GDF apresentou não é correta, qual seria o caminho para salvar o BRB?

Como é que alguém pode apontar um caminho para salvar o BRB se ninguém sabe a real situação do banco? Isso nunca foi apresentado para nós. Quando o GDF finalmente se manifestou sobre o tema, foi

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



para enviar esse projeto de lei que mencionei. Por isso, votei contra, me posicionei e penso que o Governo do Distrito Federal continua devendo explicações à população. Vamos ouvir na CCJ o presidente do BRB, o secretário de Economia e o presidente da Terracap, além de outras pessoas que possam ser convocadas. Já estão confirmadas para o dia 7 as oitivas do presidente do BRB e do secretário de Economia. No dia 9, ouviremos o presidente da Terracap. O que queremos, na verdade, é que sejam dadas explicações públicas à

população do DF, e não apenas aos deputados, como foi feito de forma privada um pouco antes da votação desse projeto.

O senhor é autor de uma Lei importante que acabou reduzindo, de certa forma, a cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. O que mudou?

Conseguimos reduzir a alíquota do ITBI de 3% para 2%. Vocês lembram que ela havia subido para 3% no governo Rollemberg? Era para ser algo provisório e passageiro, mas

acabou ficando. Por meio de um projeto de lei de minha autoria, que se tornou lei, conseguimos essa redução, e o GDF ainda acrescentou que, na primeira venda do imóvel, a alíquota é de apenas 1%. Consegui também mudar a base de cálculo do imposto. Se você adquire um imóvel por R\$ 100 mil, e esse valor consta na escritura, esse será o valor utilizado.

O senhor também apresentou um projeto que propõe mais rigor, por parte do governo, no processo de acolhimento de pessoas em situação de rua, incluindo a possibilidade de retirada compulsória de algumas. Como funcionaria?

A primeira coisa que temos que ter em mente é que rua não é moradia e rua não é dignidade. É uma falácia colocar como se morar na rua desse dignidade a alguém. O segundo ponto é que temos hoje um problema grave de segurança pública no Distrito Federal. Frequentemente, essas pessoas que moram nas ruas praticam delitos, desde pequenos furtos a crimes graves. O projeto estabelece que essas pessoas precisem ser tratadas, pois muitas estão nas ruas porque são dependentes químicas. Elas tinham casa, mas



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

acabaram na rua por causa do vício. A ideia é possibilitarmos tratamento para essas pessoas. O GDF já oferece hoje Hotel Social e Centro Pop, oferece diversos serviços. Os hotéis sociais oferecem cinco refeições por dia, pagas com o dinheiro do contribuinte. Não faz sentido essas pessoas permanecerem na rua. Precisamos dar dignidade a elas, retirá-las da rua e possibilitar tratamento, para que retornem às suas casas ou encontrem abrigo nos locais que o governo disponibiliza. Mas, às vezes, ela possui algum problema de ordem mental que a impede de buscar o tratamento. O que propusemos no projeto de lei é que, nesses casos, a retirada seja compulsória. Se a pessoa é viciada e se recusa a sair da rua, o Estado deve retirá-la, pois o que não pode é o cidadão comum viver refém dessa violência.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso